



Vol. I nº 1 jan./jun. 2006

p. 251-256

ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A FUNÇÃO DO PEDAGOGO¹

Andréa Cristina Martelli²

O presente artigo objetiva o entendimento das funções não docentes exercidas pelo Pedagogo na organização escolar, à luz da história da educação brasileira, compreendida a partir das relações entre escola e sociedade capitalista. Pois, “a escola contemporânea é uma organização complexa dentro de nosso sistema social; por isso, para entender sua dinâmica e seu funcionamento, temos que compreender a forma como foi concebida e a partir de quais pressupostos ela está desenvolvendo o processo educacional”. (GRINSPUN, 2001:97)

Partiu-se do pressuposto que a escola é fruto da trajetória da sociedade e das relações estabelecidas entre os homens no processo de produção de subsistência. De um lado, considerou-se que são as demandas da base material de produção os fatores determinantes da função da escola, da sua organização e da atuação dos seus profissionais. Por outro lado, não se pretendeu estabelecer uma relação mecânica de determinação da sociedade para com a escola, por ter sido reconhecido que a mesma também se constrói pelos sujeitos envolvidos no seu fazer diário com subjetividades próprias e diferenciadas, com desejos e interesses diferentes e, em alguns casos até contraditórios.

A escola presente na sociedade capitalista traz em seu interior as contradições presentes nesta, bem como algumas de suas características, dentre elas a fragmentação do trabalho pedagógico. São pertinentes dois esclarecimentos, primeiro; este tipo de sociedade baseia-se na ruptura entre capital e trabalho, que é a causa da divisão pormenorizada do trabalho em qualquer espaço de produção, seja ele material ou não material. Em segundo lugar, é a partir das contradições sociais que se constitui o espaço de atuação do profissional da educação. Na medida em que o sujeito apropria-se do conhecimento científico, pode compreender o processo de exploração ao qual é submetido e a partir disso tem a possibilidade de negar o sistema capitalista.

As ações de administrar, orientar e supervisionar no sentido literal das palavras, surgiram com a vida em sociedade desde a época primitiva. No entanto, as funções e profissões, como são conhecidas no interior da escola têm relação intrínseca com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Percebeu-se na literatu-

ra pesquisada a relação de dependência e influência dos diferentes períodos históricos e sociais, nas funções atribuídas aos profissionais da educação.

Assim, optou-se em analisar as funções do pedagogo (supervisão, orientação, coordenação e administração) de forma separada, embora tendo conhecimento de que não há como compreendê-las fora das suas relações de influência e de interdependência.

Em relação à Orientação Educacional, a sua origem encontra-se na **orientação profissional** que se fazia nos Estados Unidos da América, em torno de 1930, como consequência das mudanças científicas, tecnológicas e industriais das últimas décadas do século XIX.

O desenvolvimento da industrialização e do processo produtivo, em meados da década de 30, passou a exigir do trabalhador hábitos, atitudes e conhecimentos, o que podia ser entendido como uma capacitação profissional, adquirida previamente à entrada no emprego. Entendida como um conjunto de habilidades básicas para o necessário ajustamento às funções produtivas, esta capacitação profissional deveria ser adquirida na escola.

A orientação profissional até então, realizada fora da escola, passou a ser solicitada no interior desta, como forma de orientar os alunos nos planos de estudo e carreira, conforme as aptidões de cada um. Esta **orientação** receberia o nome de **escolar**, justificada pelo argumento de que a formação profissional começaria com a formação do homem. A escolha da profissão, a eficiência do trabalhador, seu ajustamento no trabalho dependeriam da formação de sua personalidade.

As correntes *educational guidance* norte-americana e pela *psychologie scolaire* francesa foram as principais influências no Brasil. A primeira defendia que a orientação se fazia necessária, em função do desenvolvimento do capitalismo industrial, e elencava princípios para a orientação: saúde do aluno, integração satisfatória na vida familiar e social, vocação, uso adequado do tempo de lazer, formação do caráter. A segunda afirmava que a orientação se desenvolveria nas escolas como um serviço de psicologia escolar, com a finalidade de conhecer o escolar normal, a criança comum, em função disso, a orientação era baseada na aplicação de testes. Percebeu-se nitidamente o caráter de ajustamento do indivíduo na sociedade, utilizando a base teórica da Psicologia.

Em 1968, através da Lei 5564/68, houve a regulamentação do exercício da profissão de orientador. Com isto ampliou-se o destaque da Orientação, uma vez que surgiu a profissionalização na área, caracterizada por uma linha psicológica e preventiva, a qual tinha por objetivo contribuir para o “desenvolvimento integral da personalidade do aluno”, reforçando a questão da ideologia das aptidões naturais.

Os orientadores precisam discutir e compreender efetivamente as relações de trabalho na sociedade capitalista para, a partir disso, compreender como ocorrem as

opções pessoais e profissionais, do ponto de vista da sociedade e da própria escolha do indivíduo. Dessa forma, a Orientação poderá abandonar efetivamente as questões do *ajustamento* para refletir sobre os *questionamentos* dessa realidade.

Outra função exercida pelo pedagogo é a Supervisão Escolar. Analisando de forma sucinta a história da humanidade, encontra-se a ação supervisora na Índia, Pérsia, Egito, China, na Antigüidade em geral, como vigilância a cargo dos nobres e sacerdotes, que julgavam como se desenvolvia a vida escolar. Na Grécia Antiga, a ação supervisora funcionava como elemento ligado diretamente ao acompanhamento do funcionamento dos espaços escolares o que era realizado por especialistas para o trabalho. Na Roma Imperial atuavam os censores, que, além de suas obrigações com o recenseamento e outros papéis sociais, também fiscalizavam os espaços escolares.

Foi na Idade Moderna que se desenvolveu a figura do Inspetor de Ensino, cuja função era de julgar as tarefas pedagógicas, mais especificamente as do professor. Após a Revolução Francesa (1789), designou-se outro nome, o de Inspetor Técnico, com a função de promover o progresso educacional e de vigiar a atividade docente, orientando-o para melhorar seu desempenho profissional, já que o professor dependia da avaliação do Inspetor Técnico.

Pôde-se constatar que independente da época histórica, o conceito de controle esteve presente nas ações da supervisão. Etimologicamente a palavra supervisão é formada pelos vocábulos *SUPER* – (sobre) e *VISÃO* (ação de ver). O termo supervisão, como significação escrita, quer dizer “olhar de cima”, dando uma visão global no sentido de controlar a ação do outro.

No que diz respeito ao termo direcionado à educação, elucida-se este conceito com alguns autores da área. Para ANDRADE (1973), supervisão consiste em melhorar o ensino, assegurando que professores empreguem métodos corretos e pré-determinados para o ensino na sala de aula e em todo o sistema docente; na mesma lógica, mas de forma menos enfática, Para NÉRICI (1976), a Supervisão Escolar consiste no serviço de assessoramento de todas as atividades que tenham influência no processo de ensino-aprendizagem, para que sejam mais eficientemente atendidas as necessidades e aspirações dos educandos.

Verificam-se nos autores supracitados uma preocupação voltada ao controle do trabalho docente, no sentido de garantir a eficiência da sua ação. Mas, nas entrelinhas não se percebe um avanço na conceitualização da Supervisão Escolar em diferentes tempos históricos.

No final dos anos oitenta uma nova nomenclatura surgiu relacionada ao pedagogo, a Coordenação Pedagógica. Para Vasconcellos (2002), o termo coordenação pedagógica é utilizado como sinônimo de supervisão escolar, ou seja, designa

as mesmas funções na escola. Autores como Mate, Franco, Torres (2002), Guimarães, Placco (2001) descrevem experiências relacionadas com a coordenação pedagógica, sem desenvolver uma discussão conceitual relacionada ao termo. Nas experiências analisou-se que as mesmas ratificam o posicionamento de Vasconcellos.

Observa-se que em cada região do país e de acordo como as escolas organizam-se, pode-se encontrar o profissional supervisor escolar ou o coordenador pedagógico. No entanto, não se trata apenas de mudanças regionais ou estruturais, em alguns sistemas escolares o coordenador pedagógico veio substituir o orientador educacional e o supervisor escolar sob a justificativa da necessidade de unitariedade do e no trabalho pedagógico. Há um paradoxo neste caso, pois nenhum dos autores pesquisados referiu-se à ocorrência de uma discussão em nível nacional com as entidades representativas dos profissionais da educação para esta substituição.

Nas formas hierárquica e piramidal como as escolas são organizadas, a responsabilidade maior fica a cargo da direção, a qual tem sua atuação baseada nos conceitos das Teorias da Administração Empresarial. Nesta perspectiva cabe à direção controlar as questões administrativas, burocráticas e financeiras, eximindo-se das questões pedagógicas.

Dentre as teorias da administração empresarial, a mais influente na organização escolar foi o Taylorismo, evidenciou-se nos seguintes aspectos: a dualidade estrutural da escola, a fragmentação curricular, as estratégias taylorizadas de formação dos professores, plano de cargos e salários, a fragmentação do trabalho do pedagogo, a hierarquização das funções.

Partindo dos pressupostos acima, a função do diretor fundamenta-se no uso exacerbado do autoritarismo advindo da posição que ocupa na estrutura escolar, na sua preocupação com os aspectos burocráticos em detrimento dos aspectos pedagógicos. Assim, o diretor torna-se um administrador de papéis e lhe escapa o conhecimento da natureza da instituição que administra, a escola.

No entanto, uma possibilidade de superar a fragmentação da atuação do pedagogo nas diferentes funções existentes na organização escolar é o resgate da totalidade do trabalho pedagógico.

Assim, partiu-se da premissa que o objeto de trabalho do profissional da educação desempenhando ou a função de Orientação Educacional, ou de Supervisão Escolar, ou de Coordenação Pedagógica ou de Administração Escolar, é o processo ensino-aprendizagem e todos os elementos inerentes a este processo. Sendo que o objeto de trabalho é comum, as diferentes atividades desenvolvidas serão na mesma direção, ou seja, os profissionais da educação deverão agir para concretizar a função da escola, a produção do conhecimento.

O desafio fundamental que se põe para o pedagogo, hoje, extrapola as esferas especificamente pedagógicas, situando-se na contradição central da sociedade moderna que, por um lado, desenvolve numa escala sem precedentes as forças produtivas humanas e, por outro, lança na miséria mais abjeta contingentes cada vez mais numerosos de seres humanos. A sociedade capitalista está pondo continuamente, para si mesma, problemas que não é capaz de resolver.

A solução desses problemas implica, pois, a transformação das relações sociais vigentes. Romper com as práticas tecnicistas e tradicionais não é uma tarefa simples, ao contrário, lutamos contra uma organização escolar burguesa dentro de um sistema de produção burguês. É preciso conhecer as leis que regem a sociedade capitalista para compreender as suas relações e poder intervir com mais objetividade. Como profissionais da educação a nossa função é refletir sobre os problemas sociais e educacionais e procurar possíveis encaminhamentos visando à superação das relações atuais.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria. **O curso de pedagogia como formador de profissionais da educação**. In: Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento. Campinas : Papyrus, 1996.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados**. Campinas : Papyrus, 2001.

CRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A orientação educacional – uma perspectiva contextualizada**. In: CRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (org.). A prática dos orientadores educacionais. São Paulo : Cortez, 1998.

_____. **Orientação educacional face ao cotidiano escolar**. In: Orientação educacional – Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo : Cortez, 2001.

_____. **A orientação educacional face ao fracasso escolar**. In: Orientação educacional – Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo : Cortez, 2001.

_____. **A orientação educacional face à organização da escola**. In: Orientação educacional – Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo : Cortez, 2001.

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo; MACCARINI, Norma Barbosa Benedito; MARTELLI, Andréa Cristina. **O pedagogo numa perspectiva de trabalho coletivo na organização escolar**. In: ANALECTA, Guarapuava, Paraná; v. 4., p. 19-28, jan/jun. 2003 (Revista do Centro de Ciências Humanas, UNICENTRO).

RANGEL, Mary. **Temas integradores da supervisão pedagógica, orientador educacional e comunidade escolar**. In: CRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (org.). A prática dos orientadores educacionais. São Paulo : Cortez, 2003.

RANGEL, Mary. **Considerações sobre o papel do supervisor, como especialista em educação, na América Latina.** In: DA SILVA JR. Celestino Alves; RANGEL, Mary (orgs.). Nove olhares sobre a supervisão. Campinas : Papyrus, 1997.

_____ **Considerações sobre o papel do supervisor, como especialista em educação, na América Latina.** In: DA SILVA JR. Celestino Alves; RANGEL, Mary (orgs.). Nove olhares sobre a supervisão. Campinas : Papyrus, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissionalização pela mediação da idéia.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo : Cortez, 2002.

SHEIBE, Leda. AGUIAR, Márcia Ângela. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão.** In: Educação & Sociedade: revista quadrimestral de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) nº 68, Campinas : Cedes, 1999.

NOTAS

- ¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa realizada desde o ano de 2004.
- ² Mestre em Educação; Membro do Grupo de Pesquisa Aprendizagem e Ação Docente; Coordenadora e Docente do Curso de Pedagogia.